

Salvador – BA, 29 de abril de 2024

FAPEX
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO

Att.: Comissão Especial de Licitação - FAPEX

Ref.: Seleção Pública Presencial - Nº 014/2024

DILIGÊNCIA – COMPROVAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE

Inicialmente, impende ressaltar que o VALOR GLOBAL DA LICITAÇÃO É DE R\$ 172.985,39 e que o OBJETO DA LICITAÇÃO É: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a reforma da cobertura e das salas de pós-graduação (2º andar) da Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, mediante o regime de empreitada por preço unitário, tendo como base os projetos de arquitetura e engenharia fornecidos, e as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital e seus anexos.

No que concerne a Aceitabilidade da Proposta: OS ITENS 16.2.4, 16.2.4 alínea 'a' e 16.3 DISPÕEM QUE, VIDE ABAIXO:

16. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

16.2.4. Presumir-se-á relativamente inexecúvel a proposta cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Fundação.

- a. Caberá ao licitante comprovar a exequibilidade da mesma, sob pena de desclassificação.**

16.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

Para o preço ser inexecúvel [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021], os valores deverão ser inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. O valor proposto pela empresa arrematante é de aproximadamente 71,99% (setenta e um, noventa e nove por cento) do valor orçado pela Administração.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexecutabilidade prevista no § 4º do artigo 59 da Lei n. 14.133/2021 prescreve que, “no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração”. Não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexecutabilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexecutabilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível.

Não se antevê qualquer cientificidade para cravar que propostas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração sejam inexequíveis. Pura e simplesmente, de maneira aleatória e abstrata, valendo-se de raciocínio que vale para as estatísticas e não para a realidade concreta das licitações, o legislador presumiu a inexecutabilidade da proposta cujo preço seja inferior a 75% do valor orçado. Trata-se, evidentemente, de presunção, haja vista que as propostas nessas condições não são necessárias e efetivamente inexequíveis. Essa presunção deve ser considerada relativa, admitindo prova em contrário.

Ademais, não obstante a arrematante tenha alcançado o percentual de aproximadamente 71,99% ao valor orçado pela Administração, com a finalidade de comprovar a exequibilidade da obra, segue informativo de contratos homologados e executados através de processos licitatórios, para fins de demonstração da exequibilidade da melhor proposta apresentada, conforme sinalizados abaixo.

1) ÓRGÃO: SESC – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DA BAHIA. SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC/BA) – PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

PROCESSO: Nº Edital: 23/1.00109 – PE

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a prestação de serviço na área de engenharia para reforma na Unidade Escola Sesc Zilda Arns, em Salvador/BA, nos termos constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 109/2023.

VALOR DA LICITAÇÃO: R\$ 428.244,92

VALOR ARREMATADO: R\$ 308.336,34 (trezentos e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos)

Kapa: 0,72

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 06 de novembro de 2023.

2) ÓRGÃO: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DA BAHIA - SEBRAE/BA. – PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

PROCESSO: PE 002/2024 - Licitações –e: N.º 1038736

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de manutenção corretiva e de conservação com reparos, predial e de equipamentos, sob demanda, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, produtos e materiais, a serem prestados ao SEBRAE/BA, na Unidade COLABORE – PARQUE DA CIDADE, situado no bairro Itaigara, Salvador-BA, conforme descrições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência seus Anexos.

VALOR DA LICITAÇÃO: R\$ 1.222.697,21 (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos) /ano.

VALOR ARREMATADO: **R\$ 750.000,00** (setecentos e cinquenta mil reais)

Kapa: **0,61**

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: **16 de abril de 2024.**

Como parte da comprovação de exequibilidade supramencionada, anexos a este documento, seguem os editais, contratos homologados dos órgãos licitantes e o atestado de capacidade técnica, assim como, um quadro comparativo de valores unitários de alguns dos serviços compatíveis (obra Sesc – contrato nº BA-2023-OB-0005 x Fapex Seleção Pública Presencial nº 014/2024).

SESC (CONTRATO nº BA-2023-OB-0005)			FAPEX (SELEÇÃO PÚBLICA PRESENCIAL 014/2024)		
DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	mês	R\$ 6.723,33	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	mês	R\$ 7.763,65
IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_06/2018	m2	R\$ 25,65	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA ref.SIKATOP100, DUAS DEMÃOS, REFORÇADA COM VÉU DE POLIÉSTER	m2	R\$ 51,54
EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m2	R\$ 20,37	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m2	R\$ 32,18
PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM , APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m2	R\$ 9,91	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m2	R\$ 8,74
Luminária fluorescente 4 x 20w , ref. BR-06, Abalux ou similar, completa	und	R\$ 211,93	Luminária de sobrepor com aletas, para lâmpada fluorescente, 2 x 32w , ref. TCS020232CI00, da Philips, exclusive reator e lâmpada	und	R\$ 181,46
Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09	m2	R\$ 40,55	Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=19cm, com argamassa t5 - 1:2:8(cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.08	m2	R\$ 72,50

Diante desse critério, que parte da mesma premissa constante no § 4º do artigo 59 da Lei n. 14.133/2021, o Tribunal de Contas da União entendeu que o cálculo gera presunção relativa, que admite prova em contrário. É justamente o teor da Súmula n. 262 do Tribunal de Contas da União: “O critério definido no artigo 48, inciso II, §1º, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Lei n. 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta”. O mesmo entendimento deve ser aplicado no tocante à Lei n. 14.133/2021, porque, insista-se, o assunto é tratado sob a mesma premissa, embora com suas particularidades. Insista-se que proposta inexecutável é aquela inviável sob o ponto de vista financeiro, dado que o valor consignado nela é inferior ao custo para dar cumprimento ao objeto do futuro contrato. É cediço que a configuração da inexecutabilidade gira em torno de questão de fato e não de percentual sobre valor orçado. O fato é que não existe, em regime de livre concorrência, custo universal e fixo. Cada empresa tem o seu custo, que resulta da sua capacidade de organização, investimento em tecnologia, relação com fornecedores e produtividade. É evidente que uma empresa pode ser mais eficiente que outras e, por essa razão, apresentar proposta com valor menor do que a dos demais licitantes e menor do que o valor orçado pela Administração.

Dessa sorte, a inexecutabilidade de uma proposta não pode ser aferida, exclusivamente, diante de valor orçado. Sob essa perspectiva, o §4º do artigo 59 da Lei n. 14.133/2021 não pode implicar presunção absoluta. Em caso contrário, licitante com proposta de fato executável poderia ser arbitrariamente desclassificada do certame, o que afrontaria os princípios da isonomia e da competitividade. Além disso, por consequência, impedir-se-ia a Administração de contratar com o licitante autor da melhor proposta, o que violaria

o princípio da eficiência e da economicidade, ambos listados no artigo 5º da Lei n. 14.133/2021. Diante aos fatos, comprovamos que nossa proposta não é inexecutável e sim executável.

Agradecemos a atenção e aguardamos a revisão desse processo.

Salvador – Bahia, 29 de abril de 2024.

R.N ENGENHARIA LTDA

CPNJ: 26.757.074/0001-60

Janaína de Araújo Silva – Mandatária

RG nº 11753984-89

CPF nº 029.898.115-75